

AS PRINCIPAIS METODOLOGIAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL

Patricia Kalatai¹

Coautora: Eliziane Manosso Streiechen²

RESUMO:

A presente pesquisa busca fazer uma análise dos principais métodos utilizados na educação dos surdos no Brasil. Para isso foi necessário fazer um retrospecto histórico que começa no ano de 1855, data em que chegou ao Brasil o professor surdo francês chamado H Ernest Huet, trazido por D. Pedro II. A pesquisa será realizada por meio de um levantamento bibliográfico pertinente ao tema, bem como sua análise crítica e a produção de novos conhecimentos. No decorrer dos tempos, várias metodologias foram introduzidas no ensino dos alunos surdos no Brasil, entre as quais está o Oralismo, a Comunicação Total, o Bilinguismo e a Pedagogia Surda. Em aditamento ao conteúdo desta pesquisa pretende-se destacar os o(s) método(s) mais adequado(s) para o ensino-aprendizagem dos surdos. Com a inclusão dos alunos surdos em salas regulares de ensino os professores têm encontrado bloqueios na comunicação e dificuldade em trabalhar os conteúdos com estes alunos, pois desconhecem as técnicas e estratégias metodológicas eficazes para a educação dos mesmos. Através do levantamento histórico das principais metodologias empregadas, mostrando suas vantagens e desvantagens, buscaremos esclarecer qual é a melhor maneira para se trabalhar com alunos surdos nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Oralismo, Comunicação Total, Bilinguismo e Pedagogia Surda

INTRODUÇÃO

A Comunidade Surda tem vivido momentos de grandes conquistas, onde grupos socialmente excluídos estão ganhando paulatinamente mais força e espaço. Essa comunidade vem empreendendo esforços gigantescos para garantir sua cidadania. Muitas leis estão constantemente sendo aprovadas pelo Congresso Nacional, para dar suporte legal, priorizando a inclusão e a promoção humana a partir do direito de ser diferente no contexto da sociedade brasileira.

¹ Acadêmica do 4º ano do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste *Campus* de Irati. Contato: patriciakalatai@hotmail.com.br

²Profª da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – Libras da Universidade Estadual do Centro-Oeste *Campus* de Irati. Autora do livro “Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS” (2012). Contato: lizi_st@yahoo.com.br

A oficialização da Língua Brasileira de Sinais no Brasil - Libras, pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e o Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, são exemplos de conquistas e resultados dos inúmeros movimentos e lutas das pessoas surdas brasileiras. A presença do tradutor/intérprete de Língua de Sinais em espaços sociais diversos, públicos ou privados é uma das garantias citada neste Decreto (BRASIL, 2002).

Mas, nem sempre foi assim. Por longos anos os surdos foram considerados seres retardados e impensantes: “Acreditava-se que o pensamento não podia se desenvolver sem a linguagem e que a fala não se desenvolvia sem a audição: quem não ouvia, portanto, não falava e não pensava” (STREIECHEN, 2012, p. 13).

Segundo o pensamento da época, os surdos não tinham possibilidade de desenvolver faculdades intelectuais e, por isso eram impedidos de frequentar a escola e proibidos de conviver com outras pessoas. Eles não tinham vida social e com o predomínio do poder da Igreja, a visão sobre os surdos estabelecia que eles não poderiam se salvar, pois não podiam confessar os seus pecados. Eram proibidos de tomar comunhão e não podiam casar nem receber herança “[...] as pessoas surdas, ao longo do caminho, enfrentam descrédito, preconceito, piedade e loucura” (SALLES, 2004, p.50).

Percebe-se que a própria questão religiosa deixava o surdo à mercê da marginalidade e do descaso, pois acreditava-se que o homem era semelhança de Deus, e sendo Deus um ser perfeito, qualquer anormalidade das pessoas era visto como castigo ou pessoas pertencentes ao demônio.

Com o passar dos tempos, vários estudos, pesquisas e principalmente com as lutas e movimentos das pessoas surdas essa realidade começa a mudar, mas ainda a passos lentos. Mesmo com as várias legislações aprovadas, ainda há no Brasil muitas dúvidas em relação às técnicas e estratégias metodológicas para se trabalhar com surdos.

A inclusão destes alunos em salas regulares de ensino tem gerado muita polêmica entre os profissionais envolvidos nesse processo. A maioria dos professores, infelizmente, não se sente preparado para trabalhar com surdos e desconhece as técnicas metodologias eficazes para a educação destes alunos. Com isso, muitos surdos têm sofrido com as constantes reprovações ou ainda pior, muitos são aprovados sem saber ler ou escrever sequer um bilhete.

De acordo com GOLDFELD (2002), MOURA (2000), SACKS (1989), entre outros estudiosos, os primeiros educadores de surdos surgiram na Europa, no século XVI, criando diferentes metodologias de ensino. Alguns utilizavam a língua oral auditiva, língua de sinais, datilologia (alfabeto manual) e outros códigos visuais, podendo ou não associar esses diferentes meios de comunicação.

Um breve histórico sobre a educação dos surdos no Brasil

A partir de 1855 é que se tem o marco inicial da Educação dos alunos surdos no Brasil. D. Pedro II, neste ano, traz da França um professor surdo chamado Hernet Huet. Em 26 de setembro de 1857 é fundada no Rio de Janeiro a primeira escola para surdos, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Os ensinamentos de Huet fizeram com que a língua de sinais se difundisse no Brasil. (GOLDFELD, 2002).

Durante anos o INES foi à única escola para surdos. Tanto assim, que até hoje é considerada importante referência educacional do Brasil.

De acordo com Levy (1999, p.14) “[...] O currículo apresentado em 1856 tinha como disciplinas o português, aritmética, história, geografia e a “língua articulada” e “leitura sobre os lábios”, para os que tivessem aptidão”.

Em 1862, o Professor Hernet Huet deixa o Instituto e desta forma o cargo de diretor é assumido pelo Dr. Manoel de Magalhães Couto. Tanto Magalhães como seus sucessores não eram especialistas em surdez. O currículo apresentado por ele não mencionava o treino de fala ou de leitura orofacial (MOURA,1996).

A autora explica que

Em 1868, uma inspeção do governo no instituto verificou que ele estava servindo apenas de asilo de Surdos. O diretor foi demitido e, em seu lugar, foi nomeado o Dr. Tobias Leite. Em 1873, foi aprovado o projeto de regulamento em que era estabelecida a obrigatoriedade de ensino profissional e o ensino da “língua articulada e leitura sobre os lábios.” (MOURA, 1996, p.82).

Percebe-se neste excerto, a preocupação com a educação dos surdos por parte do governo e de outras pessoas, assim como fica também uma reflexão sobre a importância do trabalho com surdos ser desenvolvido por especialistas na área.

Desta forma, em 1873, através do trabalho de Joaquim José de Menezes Vieira, inicia-se o ensino da “linguagem articulada”.

Sobre este aspecto, Moura (1996, p.82) destaca que

Este ensino foi realizado por sete anos, sendo que, após este tempo, foi considerado pelo diretor Dr. Tobias Leite, que os alunos não haviam obtido nenhum rendimento com este treinamento, enquanto que o ensino através da escrita havia se mostrado útil. Por esta razão em 1889, o Governo ordenou que o ensino da “linguagem articulada” fosse feito apenas por alunos que pudessem se beneficiar, a critério do professor e do diretor, sem que existisse prejuízo à instrução da linguagem escrita.

Verifica-se que, nesta época, as preocupações estavam focadas exclusivamente no ensino da fala e da leitura orofacial dos alunos surdos.

A fala é algo imprescindível para estabelecer relações comunicativas entre as pessoas. Porém quando se trata de pessoas surdas, que não usam a fala, começam as dificuldades e dúvidas em relação ao modo de se efetivar a comunicação.

O preconceito que existia em relação às pessoas surdas fica evidenciado em boa parte das literaturas. Muitas delas retratam a crueldade demasiada, inclusive com inúmeros assassinatos cometidos contra as crianças que nasciam surdas. Essa foi uma realidade em Roma, Grécia e outros Países.

Ao longo da história, algumas filosofias educacionais ganharam destaque em relação à educação de surdos: “[...] apesar das diferentes opiniões que dividem e subdividem as metodologias específicas ao ensino de surdos, em termos de pressupostos básicos, existem três grandes correntes filosóficas: a do Oralismo, da Comunicação Total e do Bilinguismo” (DORZIAT, 1999, p. 13).

Não se pode deixar de citar, entre as principais metodologias, a ‘Pedagogia Surda’. Esta é a mais querida, desejada e defendida pelos surdos e que vem ganhando espaço dentro do Brasil.

A seguir serão apresentadas e descritas as principais metodologias que vigoraram na educação dos surdos destacando-se, desta forma, aquelas que são utilizadas atualmente em várias instituições brasileiras.

Oralismo

O principal objetivo da metodologia Oralista é desenvolver a fala do surdo, pois para os defensores deste método, a língua falada era considerada essencial para a comunicação e desenvolvimento integral das crianças surdas. Esta metodologia foi proposta e defendida em um evento internacional realizado em Milão/Itália chamado ‘Congresso Internacional de Educação de Surdos’.

De acordo com Goldfeld (2002), essa concepção de educação enquadra-se no modelo clínico, destacando a importância da integração dos surdos na comunidade de ouvintes. Para isto ocorrer o sujeito surdo deve aprender a falar por meio de reabilitação da fala em direção à “normalidade” exigida pela sociedade.

A autora destaca que

O Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade. (GOLDFELD, 2002, p. 34).

A metodologia Oralista, após o Congresso, passou a ser utilizada pela maioria das escolas na educação de surdos de muitos países. A língua de sinais foi proibida, começando assim uma longa e sofrida batalha do povo surdo para defender o direito linguístico por meio da sua língua natural, a língua de sinais.

Diante da concepção clínica da surdez e do surdo, as escolas são transformadas em salas de tratamento. As estratégias pedagógicas passam a ser estratégias terapêuticas. Nesta época, muitos professores surdos que trabalhavam com a língua de sinais foram demitidos e substituídos por profissionais ouvintes. Schelp (2008), explica que no Oralismo a primeira medida educacional implantada foi proibir o uso da língua de sinais e obrigar os alunos surdos a sentarem sobre as mãos para que, assim, pudessem ser oralizados. Segundo o autor, os professores surdos que, até então, atuavam nas escolas e nas salas de aula, foram dispensados de todas as escolas e institutos.

Capovilla (2000, p.102) ao explicitar o método Oralista na comunicação com pessoas surdas ressalta que

O método oralista objetivava levar o surdo a falar e a desenvolver a competência linguística oral, o que lhe permitiria desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais normal possível, integrando-se como um membro produtivo do mundo dos ouvintes.

De acordo com estudos da pesquisadora Dorziat (1997) é possível estabelecer que as técnicas mais utilizadas no método Oralista são: o treinamento auditivo, o desenvolvimento da fala e a leitura labial. Treinar a audição por meio do desenvolvimento do resíduo auditivo para que o surdo aprendesse a discriminar os sons e, conseqüentemente, pudesse desenvolver a sua fala era a filosofia dos defensores do Oralismo. Eles também enfatizavam a importância da leitura labial como via de comunicação.

Falar é algo fácil para as pessoas ouvintes que armazenam vocabulários em sua mente desde que nascem. Porém, quando se trata de uma pessoa surda, esses caminhos se tornam difíceis ou até mesmo impossíveis, pois o fato de não ouvirem impossibilita-os de assimilarem palavras em seus cérebros. Como o surdo não tem palavras em sua mente, somente pode aprender por meio de sinais que assimilam pelo contato visual.

De acordo com Skliar, (1998, p. 1)

Foram mais de cem anos de práticas engeuecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos.

Como consequência das práticas oralistas, os surdos não aprenderam a falar. Conseguiram pronunciar apenas algumas palavras que eram repetidas de forma mecânica sem saber o que elas realmente significavam. Esse método resultou em milhões de surdos analfabetos. E os surdos que passaram por essa metodologia trazem marcas negativas em suas vidas até os dias atuais (STREIECHEN, 2012, p.17).

Comunicação Total

Quando se constatou que os surdos educados por meio da metodologia Oralista nunca conseguiriam se comunicar ou falar como os ouvintes de maneira satisfatória e que, mesmo com a imposição das práticas oralistas, as pessoas surdas insistiam em se comunicar por meio da língua de sinais, decidiu-se então que os surdos poderiam utilizar toda e qualquer forma de comunicação. Surge, então, o método que ficou conhecido como *Comunicação Total*. A principal meta era o uso de qualquer estratégia que pudesse permitir o resgate na comunicação das pessoas surdas. Este modelo combinava a língua de sinais, gestos, mímicas, leitura labial, entre outros recursos que colaborasse com o desenvolvimento da língua oral (SCHELP, 2008).

Segundo Ciccone (1996, p.06-08)

A Comunicação Total é uma filosofia de trabalho voltada para o atendimento e a educação de pessoas surdas. Não é, tão somente, mais um método na área e seria realmente, um equívoco considerá-la, inicialmente, como tal (...). A Comunicação Total, entretanto, não é uma filosofia educacional que se preocupa com ideais paternalistas. O que ela postula, isto sim, é uma valorização de abordagens alternativas, que possam permitir ao surdo ser alguém, com quem se possa trocar idéias, sentimentos, informações, desde sua mais tenra idade. Condições estas que permitam aos seus familiares (ouvintes, na grande maioria das vezes) e às escolas especializadas, as possibilidades de, verdadeiramente, liberarem as ofertas de chances reais para um seu desenvolvimento harmônico. Condições, portanto, para que lhe sejam franqueadas mais justas oportunidades, de modo que possa ele, por si mesmo lutar em busca de espaços sociais a que, inquestionavelmente, tem direito.

Assim, o método da Comunicação Total não surge para fazer negação ao Oralismo, que até então vigorava na educação de surdos: “[...] a Comunicação Total não está em oposição à utilização da língua oral, mas apresenta-se como um sistema de comunicação complementar” (MARCHESI, 1995, p. 59).

A Comunicação Total também não surtiu resultados satisfatórios, visto que a sua abordagem defendia o uso simultâneo das duas línguas: a fala e os sinais (bimodalismo) e por serem duas línguas distintas e com estruturas diferentes dificultava a aprendizagem dos alunos.

Bilinguismo

Este modelo metodológico consiste em trabalhar com duas línguas no contexto escolar e, neste caso, as línguas em questão são a Língua Portuguesa (escrita) e a Língua Brasileira de Sinais - Libras. A metodologia Bilíngue é utilizada atualmente com surdos em algumas instituições educacionais brasileiras.

Nesta perspectiva, o Bilinguismo

[...] contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se 'misture' uma com a outra (LACERDA 1998 p.10).

Lacerda (1998), ao defender a metodologia Bilíngue destaca que os surdos adquirem conhecimentos por meio do canal visual e a mistura entre línguas, utilizadas na Comunicação Total, dificultava a aquisição de conhecimentos pelos surdos, pois cada língua tem características próprias e independentes, tornando-se assim impossível falar ambas as línguas (sinalizada e oral) ao mesmo tempo no âmbito escolar.

Na concepção de Guarinello (2007, p. 45-46)

A proposta bilíngue surgiu baseada nas reivindicações dos próprios surdos pelo direito à sua língua e pelas pesquisas linguísticas sobre a língua de sinais. Ela é considerada uma abordagem educacional que se propõe a tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar. De fato, estudos tem apontado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como natural e se baseia no conhecimento dela para o ensino da língua majoritária, preferencialmente na modalidade escrita. (...) Na adoção do bilinguismo deve-se optar pela apresentação simultaneamente das duas línguas (língua de sinais e língua da comunidade majoritária).

Percebe-se, assim, que o Bilinguismo foi uma metodologia adotada a partir das reivindicações dos próprios surdos, pois a mesma tem possibilitado o acesso a duas línguas dentro de um contexto: a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa, conforme explicado acima.

Assim, Santana (2007, p.166) destaca que

O bilinguismo inaugura um novo debate na área da surdez, ele defende a primazia da língua de sinais sobre a língua portuguesa, antes aprendida simultaneamente na comunicação total, ou isoladamente no oralismo. Essa

primazia, defendida por muitos autores tem por base dois argumentos. Primeiro, a presença de um período crucial para a aquisição da linguagem. Segundo, a existência de uma competência inata, na qual para aprender uma língua, bastaria estar imerso em comunidade linguística e receber dela inputs linguísticos cruciais.

Pode-se constatar, nos excertos acima que vários autores destacam e defendem a importância da pessoa surda ter acesso aos conteúdos escolares, assim como os demais conhecimentos por meio da Língua Portuguesa (escrita) e da Língua de Sinais.

De acordo com Bernardino (2000, p. 29):

[...] a língua é considerada importante via de acesso para o desenvolvimento do surdo em todas as esferas do conhecimento, propiciando não apenas a comunicação do surdo com o ouvinte, mas também com o surdo, desempenhando também a função de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social. O Bilinguismo considera que a língua oral não preenche todas essas funções, sendo imprescindível o aprendizado de uma língua visual-sinalizada desde tenra idade, possibilitando ao surdo o preenchimento das funções linguísticas que a língua oral não preenche. Assim, as línguas de sinais são tanto o objetivo quanto o facilitador do aprendizado em geral, assim como do aprendizado da língua oral.

A Língua de Sinais, no Brasil, é denominada de Língua Brasileira de Sinais-Libras e atualmente tem se destacado em virtude dos movimentos da Comunidade Surda e pelo processo de inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino. A regulamentação da Libras ocorreu por meio da Lei 10.436/2002, que em seu artigo 2º profere que

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p.1).

O Decreto 5626/2005, que regulamenta a Lei 10.436/2002, em seu Artigo 3º cita a inserção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema Federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005).

As faculdades e universidades têm buscado oferecer a disciplina de Libras em todos os cursos de licenciatura e bacharelados. Desta forma, a Libras deixa de ser restrita aos surdos, professores especialistas e intérpretes e passa a ser conhecida por muitas pessoas. Este sempre foi o objetivo da Comunidade surda brasileira: a difusão da Língua de Sinais.

É importante ainda mencionar que a educação de surdos deve ser Bilíngue desde a educação infantil. O ensino-aprendizagem das crianças surdas deve ocorrer por meio da Libras como primeira Língua ou Língua 1 (L1) e da Língua Portuguesa, como segunda Língua ou Língua 2 (L2). No entanto, mesmo frente às políticas propostas, percebemos que a educação de surdos ainda deixa muito a desejar e anda a passos lentos.

Fernandes (2002, p.4) esclarece que a língua de sinais é

[...] uma língua natural em organização em todos os níveis gramaticais prestando-se às mesmas funções das línguas orais. Sua produção realizada através de recursos gestuais e espaciais e sua percepção é realizada por meio de processos visuais por isso é denominada uma língua de modalidade gestual-visual-espacial.

Quando nos comunicamos por meio da fala usamos, necessariamente, a linguagem oral, no entanto, quando a comunicação ocorre por meio da língua de sinais “[...] o primeiro aspecto a considerar é que essas línguas utilizam a modalidade visuo-espacial, que se distingue da modalidade oral-auditiva, utilizada pelas línguas orais” (SALLES, 2004, p.78).

Portanto, ao fazer uso da língua de sinais o indivíduo terá “um elemento mediador entre o surdo e o meio social em que vive. Por intermédio dela, os surdos demonstram suas capacidades de interpretação do mundo desenvolvendo estruturas mentais em níveis mais elaborados” (SKLIAR, 2006, p.72).

A partir da metodologia Bilíngue o surdo deixa de tentar seguir o modelo do ouvinte e passa a desenvolver sua identidade e sua cultura no contato com seus pares e com os professores bilíngues: “O surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir a sua surdez” (GOLDFELD, 1997, p.138).

Quando nascemos, estamos com nossos sentidos naturalmente prontos para serem usados e desenvolvidos. Isso não depende que outra pessoa nos ensine. Ver, ouvir, sentir, cheirar e tocar são coisas que aprendemos sozinhos. O que não

conseguimos é desenvolver uma língua sem aprendê-la com alguém. A linguagem só se desenvolve por meio da interação com outra pessoa que tenha domínio da fala. É uma habilidade passada de geração a geração, ensinando e aprendendo. (SACKS, 1989).

Neste sentido, o surdo precisa ser inserido em um ambiente favorável para a aquisição das duas línguas, para que se faz necessário cercar-se de pessoas que tenham domínio de ambas as línguas, no caso do Brasil, a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Pedagogia Surda

A Pedagogia Surda surge com a finalidade de mostrar um novo caminho para a educação do surdo, pois ela é uma metodologia que atende de uma forma satisfatória as especificidades do surdo, de forma a considerar todos os aspectos culturais deste sujeito.

De acordo com Machado (2008, p. 78)

Visualizar uma escola plural, em que todos que a integram tenham a “possibilidade de libertação”, é pensar uma nova estrutura. Para tanto, é necessário um currículo que rompa com as barreiras sociais, políticas e econômicas e passe a tratar os sujeitos como cidadãos produtores e produtos de uma cultura [...] Pouco adianta a presença de surdos se a escola ignora sua condição histórica, cultural e social.

A metodologia realmente desejada pelo povo surdo é a Pedagogia Surda, visto que as lutas destas pessoas giram em torno da constituição da subjetividade do jeito surdo de ser, ou seja, da construção de sua verdadeira identidade e consagração de sua cultura, e que só poderá ocorrer no encontro com seus pares.

A Pedagogia Surda requer, portanto, a presença do professor surdo em salas regulares de ensino assim como nas escolas especiais e Centros de Atendimento Especializado para surdos – CAES, em tempo integral. São os professores surdos que ensinam os surdos. Este método dá ênfase à educação na diferença por meio da mediação intercultural e respeita a identidade do surdo (PERLIN, 2006).

A esse respeito a autora afirma que

A virada para a pedagogia do surdo tem sido apresentada como uma ruptura no universo teórico da educação que detém o modelo ouvinte. A transgressão pedagógica que realizamos não nos apavora, mas nos identifica, nos dá a

sensação de que é isso que queremos. De fato, alguns aspectos cambiantes fazem desaparecer a pedagogia ouvinte de tal forma presente nos discursos narrativos fruto de agências coloniais. (PERLIN, 2006, p. 5)

Esta Pedagogia defende que a criança surda deve ter aulas ministradas em Libras por professores surdos desde a educação infantil. Entretanto, percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido para que de fato esta realidade se torne possível de ser vivida pelas crianças surdas brasileiras. Infelizmente, ainda não há professores surdos em número suficiente e preparados para assumirem tais funções, assim como não há professores ouvintes fluentes em Libras para atuarem como tradutores/intérpretes nas instituições.

A história nos leva à reflexão de que na educação dos surdos sempre houve muitas dúvidas em relação à metodologia mais eficiente de ensino. Cada uma delas estava pautada em um método que apresenta vantagens e desvantagens.

CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou um panorama das metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil desde 1855 até nossos dias, enfatizando-se as diferenças, filosofias, vantagens e desvantagens para a escolarização dos alunos surdos. Assim pudemos entender a história da educação surda bem como as diferentes metodologias educacionais empregadas ao longo dos anos. Desta forma, também compreendemos o surdo em suas particularidades, sua língua e conseqüentemente a sua vida em sociedade atrelada ao processo de inclusão.

Cada metodologia analisada representou em seu momento histórico alguma vantagem ou desvantagem na educação dos alunos surdos.

A metodologia Oralista destaca a aprendizagem da fala como um ponto central, acreditando que o surdo pode apropriar-se dela e comunicar-se. No entanto como o Oralismo puro não demonstrou ser uma metodologia satisfatória, pois a grande maioria dos surdos não conseguia falar nem aprender, iniciou-se então uma nova metodologia mista, onde se podia usar de todos os artifícios possíveis, sendo denominada de Comunicação Total.

A Comunicação Total não veio para negar a filosofia até então vigente, mas somar-se a ela, propondo abordagens alternativas na expressividade da pessoa surda, onde ela possa trocar ideias, sentimentos e informações. Esta metodologia também não surtiu efeito, pois o uso simultâneo de duas línguas (a fala e os sinais) dificultava a aprendizagem dos surdos e criava dificuldade de comunicação e interpretação em ambos os lados.

Na sequência histórica temos o Bilinguismo, que defende que a pessoa surda seja educada conjuntamente com a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa (escrita). Com a chegada do Bilinguismo, a língua de sinais passa a ter a sua devida importância, pois possibilita um domínio linguístico e a garantia de conseguir expressar-se com mais segurança.

Na metodologia da Pedagogia Surda busca-se o aprendizado de alunos surdos por professores surdos. É o método preferido pelos alunos surdos, pois se baseia numa transferência de cultura e experiências vivenciadas por pessoas que tiveram e têm as mesmas dificuldades. Este método também esbarra em muitas restrições, pois com o advento da inclusão, os professores surdos também encontram barreiras de comunicação em salas com alunos e professores ouvintes.

A aquisição da linguagem escrita pelas pessoas surdas nos dias atuais ainda se confronta com muitas limitações. Cada método tem seus pontos positivos e contrariedades. Os alunos surdos aprendem pelo contato visual, o que implica na abstenção de sons e palavras. Embora a Pedagogia Surda seja o método mais eficaz na visão dos surdos, ela também acaba isolando os surdos em sua própria comunidade.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, Elidea Lucia. **Absurdo ou lógica?:** a produção linguística do surdo. Belo Horizonte: Editora Profetizando vida, 2000.

BRASIL, **Lei nº10.436**. Presidência da República, Casa Civil – Brasília, 2002. Disponível em <http://www.leidireto.com.br/lei-10436.html>, acesso em 26/04/2012.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.

CAPOVILLA, Fernando C. Filosofias Educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilingüismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.6, n°1, 2000, p.99-116.

CICCONE, Marta. **Comunicação total**: introdução, estratégias a pessoa surda. 2ªed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

DORZIAT, Ana. **Metodologias específicas ao ensino de surdos: análise crítica**. Revista Integração, n° 18, 1997, p. 8-13.

DORZIAT, Ana. **Concepções de Surdez e de Escola: ponto de partida para um pensar pedagógico em uma escola pública para surdos**. São Carlos / SP: Trabalho de Tese (Doutorado), UFSCar (mimeo.), 1999.

FERNANDES, Sueli. **Departamento de Educação Especial: área da surdez**, 2002. Disponível em :<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 15/05/2012.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda – linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2ª ed. São Paulo: Plexus, 1997.

_____. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos**. Caderno Cedes, vol. 19, n 46. Campinas, 1998.

LEVY, C.C.A.C; SIMONETTI, P. **O surdo em si maior**. São Paulo: Roca, 1999.

MARCHESI, A. **Comunicação, linguagem e pensamento das crianças surdas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MACHADO, Paulo César. **A política Educacional de Integração/Inclusão – Um Olhar do Egresso Surdo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo: caminhos para uma nova identidade.** Tese de Doutorado Psicologia Social, São Paulo, 1996.

_____. **O surdo: Caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Florianópolis: UFSC, 2006.

QUADROS, Ronice Muller de; STUMPH, Marianne Rossi. **Estudos Surdos III: Mudanças Estruturais para uma Inclusão Ética.** Petrópolis: Arara Azul, 2008.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** Tradução: Laura Teixeira Motta. Editora. Schwarcz Ltda. São Paulo, 1989.

SALLES, H.M.M.L. Et.al. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica.** Brasília: MEC, 2004, SEESP. V.1.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas.** São Paulo, Plexus, 2007.

SCHELP, Patrícia Paula. **Práticas de letramento de alunos surdos em contexto de escola inclusiva.** Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2008.

SKLIAR, Carlos (org.). Abordagens sócio-antropológicas em educação especial. In: CECCIM, Ricardo Burg, LULKIN, Sérgio Andrés, BEYER, Hugo Otto, LOPES, Maura Corcini. **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. **Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS;** ilustrado por Sérgio Streiechen. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

_____. **Por que o surdo escreve diferente?** Revista Interlinguagens-discutindo as interfaces da língua, literatura e ensino. Nº 02. Volume 02, p. 158-175, 2011. Disponível em: http://www.revistainterlinguagens.com.br/sumario.php?pub_cod=3